

ANEXO II

DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º]

1 - **Carlos Renato de Jesus Correia**, contribuinte nº234427485, cartão de cidadão nº12162432 – 3ZZ0, residente na Rua Conselheiro Nunes da Silva nº 70 – 3800-531 Cacia – Aveiro, **Nuno Bernardino Reis Madaleno**, contribuinte nº199320764, cartão de cidadão nº 11448792 – 8zz7, residente na Rua Valmarinhas, nº7 – Agras do Norte – Esgueira - 3800-345 Aveiro e **Eduardo Renato Valente Salgado**, contribuinte nº 201729628, cartão de cidadão nº 10331863 1 ZZ5... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de adjudicatários no procedimento de “Atribuição do direito de Exploração dos Bares e Restaurante do Largo do Botaréu / Praça 1º de Maio”, declaram, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontram em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- c) Não foram objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45º da Lei nº 18/2003, de 11 de Junho, e no nº 1 do artigo 460º do Código dos Contratos Públicos;
- d) Não foram objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº1 do artigo 627º do Código do Trabalho;
- e) Não foram objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de imposto e contribuições para segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

f) Não prestaram, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 – Os declarantes junta em anexo os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Águeda, 23 de Maio de 2013